



TRIBUNAL SUPERIOR
DO TRABALHO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado
Especialidade Taquigrafia

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
 Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

Conhec. Básicos / Conhec. Específicos / Discursiva-Redação

Cargo ou opção F06 - ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESP - TAQUIGRAFIA

Tipo gabarito 1

001 - B	011 - E	021 - B	031 - B	041 - A	051 - B	061 - E
002 - A	012 - A	022 - A	032 - A	042 - E	052 - A	062 - A
003 - C	013 - D	023 - C	033 - C	043 - C	053 - D	063 - B
004 - E	014 - E	024 - A	034 - C	044 - D	054 - C	064 - E
005 - A	015 - A	025 - E	035 - E	045 - E	055 - A	065 - D
006 - B	016 - C	026 - C	036 - B	046 - D	056 - C	066 - C
007 - C	017 - B	027 - E	037 - D	047 - D	057 - E	067 - D
008 - E	018 - D	028 - D	038 - D	048 - A	058 - A	068 - B
009 - D	019 - C	029 - B	039 - E	049 - C	059 - B	069 - B
010 - D	020 - B	030 - D	040 - A	050 - B	060 - D	070 - E

**Conhecimentos Básicos****Noções de Direito do Trabalho**

1. Considerando a nova modalidade de rescisão do contrato de trabalho, introduzida pela Lei nº 13.467/2017, em havendo extinção por acordo entre empregado e empregador, será permitido o saque pelo empregado do valor dos depósitos do FGTS, bem como será devida pelo empregador a indenização sobre seu saldo, nas seguintes proporções, respectivamente:
- (A) 100% e a metade.
 - (B) 80% e a metade.
 - (C) 50% e a integralidade.
 - (D) 100% e a integralidade.
 - (E) 20% e a metade.
-
2. João ingressou com reclamação trabalhista contra a Empresa B pleiteando equiparação salarial com o paradigma Antonio, alegando que este ganha salário 10% a maior. De acordo com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017,
- (A) sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade, entre pessoas, entre outros requisitos, cuja diferença do tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
 - (B) sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade, entre pessoas, entre outros requisitos, cuja diferença do tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.
 - (C) a equiparação salarial prevalecerá mesmo quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público.
 - (D) trabalho de igual valor, para fins de equiparação salarial, será o que for feito com, pelo menos, 80% da produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
 - (E) no caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 20% do limite máximo dos benefícios do regime geral da previdência social.
-
3. No tocante às férias, de acordo com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017 e pelo entendimento sumulado do TST, considere:
- I. Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a dez dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
 - II. É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
 - III. Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de, no máximo, dezoito dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte e duas horas, até vinte e cinco horas.
 - IV. O empregado que se demite antes de complementar doze meses de serviço tem direito a férias proporcionais.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.
-
4. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei, podendo ser livremente acordado, inclusive com a redução ou a supressão, quando dispuserem sobre:
- (A) seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança.
 - (B) teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente e valor nominal do décimo terceiro salário.
 - (C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, regulamento empresarial e participação nos lucros ou resultados da empresa.
 - (D) adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, repouso semanal remunerado, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual.
 - (E) banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas e troca do dia de feriado.



5. A empresa Flor da Manhã Ltda. contratou Elisa como secretária, celebrando contrato de experiência de 45 dias. Ao término do período, dispensou-a sob alegação de corte de pessoal. Um ano e onze meses após a dispensa, Elisa comprovou à empresa que estava grávida na data da rescisão do contrato de trabalho, mas que não sabia, somente tendo confirmação da gravidez três meses após a rescisão. Neste caso, de acordo com entendimento sumulado do TST,
- (A) a empresa deverá pagar os salários e demais direitos desde a dispensa até o término da estabilidade, uma vez que a garantia de emprego à gestante não autoriza a reintegração, tendo em vista o ingresso com a reclamação após o período da estabilidade.
 - (B) Elisa não tem direito aos salários e demais direitos referentes à estabilidade provisória no emprego, uma vez que deveria deixar a opção ao empregador de reintegrá-la ao emprego, avisando sobre a gestação somente após expirado o prazo da estabilidade.
 - (C) a empresa deverá pagar somente os salários e demais direitos relativos à licença-maternidade, protegendo o direito do nascituro, uma vez que Elisa somente avisou a empresa após expirado o prazo da estabilidade.
 - (D) Elisa não tem direito aos salários e demais direitos desde a dispensa até o término da estabilidade, pois nem mesmo ela tinha conhecimento de sua gravidez na data da rescisão, o que, no caso, exclui a responsabilidade do empregador.
 - (E) não existe estabilidade provisória no emprego neste caso porque a gravidez ocorreu dentro do contrato de experiência, sendo uma das modalidade de contrato por prazo determinado.

6. Alberto e Ênio eram sócios do Auto Posto Viagem Tranquila Ltda., sendo que em 01/04/2015 Alberto vendeu sua parte na sociedade para Leonor, tendo efetuado, nesta data, todas as alterações contratuais e registros pertinentes, indo morar fora do país com a família. Ocorre que os sócios remanescentes passaram por dificuldades financeiras e acabaram encerrando as atividades da empresa, sem pagar corretamente as verbas rescisórias dos três frentistas empregados do Auto Posto, não possuindo mais nenhum patrimônio, nem seus sócios, para saldar qualquer dívida da sociedade. Neste caso,
- (A) Alberto responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas do Auto Posto relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
 - (B) Alberto responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas do Auto Posto relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
 - (C) tendo em vista que a empresa não possui mais patrimônio, todos os sócios respondem pelas dívidas trabalhistas, sem limite de tempo de retirada da sociedade, pois o crédito trabalhista possui natureza alimentar.
 - (D) tendo em vista que a empresa não possui mais patrimônio, todos os sócios respondem pelas dívidas trabalhistas, mas somente para ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato social.
 - (E) Alberto não possui mais nenhuma responsabilidade após sua saída da sociedade, tendo em vista que mudou-se do país.

7. No tocante à representação dos empregados, considere:

- I. Nas empresas, independentemente do número de empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- II. No caso de a empresa possuir empregados em vários Estados da Federação e no Distrito Federal, será assegurada a eleição de uma comissão de representantes de empregados por Estado ou no Distrito Federal.
- III. São atribuições dos representantes dos empregados além de encaminhar reivindicações específicas dos empregados de seu âmbito de representação, acompanhar o cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- IV. A eleição será convocada, com antecedência mínima de noventa dias, contados do término do mandato anterior, por meio de edital que deverá ser fixado na empresa, com ampla publicidade, para inscrição da candidatura.

Tendo em vista a CLT, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e IV.



8. Silvana celebrou acordo individual de banco de horas com sua empregadora Atitude Supermercado Ltda. com duração de seis meses, sendo que prestava duas horas extras por dia, sem remuneração, para compensá-las posteriormente. Após cinco meses de trabalho, quando existiam ainda horas excedentes prestadas, sem a devida compensação, Silvana pediu demissão, comprovando novo emprego. Neste caso, de acordo com a CLT alterada pela Lei nº 13.467/2017,
- (A) Silvana terá direito ao pagamento de todas as horas extras prestadas, uma vez que o banco de horas só pode ser celebrado com prazo de um ano de duração, não produzindo efeitos jurídicos da forma como foi feito.
 - (B) Silvana não terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, tendo em vista que pediu demissão e o pagamento só dá direito no caso de rescisão do contrato de trabalho por dispensa sem justa causa.
 - (C) Silvana terá direito ao pagamento de todas as horas extras prestadas, uma vez que o banco de horas só pode ser celebrado por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho e não por acordo individual, não produzindo efeitos jurídicos.
 - (D) por ter pedido demissão, comprovando novo emprego, Silvana terá direito ao pagamento de, somente, metade das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
 - (E) Silvana terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, uma vez que ocorreu a ruptura do contrato de trabalho com menos de seis meses da celebração do banco de horas.

9. No tocante à prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho, considere:

- I. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.
- II. Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.
- III. O comparecimento às dependências do empregador, para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento, descaracteriza o regime de teletrabalho.
- IV. O empregador não terá como instruir o empregado quanto às precauções a tomar, a fim de evitar doenças e acidentes do trabalho, uma vez que não terá como fiscalizar o ambiente de trabalho do empregado.

Tendo em vista as alterações da CLT pela Lei nº 13.467/2017, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.

10. No tocante à rescisão do contrato de trabalho, considere:

- I. Nas dispensas imotivadas plúrimas há necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- II. As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo de trabalho para sua efetivação.
- III. O pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado até dez dias contados após o término do contrato de trabalho, já a entrega ao empregado dos documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes pode ser feita em até trinta dias contados após o término do contrato de trabalho.
- IV. Tanto a entrega dos documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes quanto o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.

De acordo com a CLT e com as alterações feitas pela Lei nº 13.467/2017, está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e IV.
- (E) IV.

**Noções de Direito Constitucional**

11. No que se refere à composição de Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho, a regra segundo a qual um quinto dos juízes será escolhido dentre advogados e membros do Ministério Público aplica-se
- (A) a todos.
 - (B) ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior do Trabalho, apenas.
 - (C) ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, apenas.
 - (D) ao Superior Tribunal de Justiça, apenas.
 - (E) ao Tribunal Superior do Trabalho, apenas.
-
12. Considere a seguinte afirmação, extraída do voto proferido pelo Ministro Relator, em julgamento realizado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho: "O panorama constitucional atual alberga o sistema sindical confederativo, estruturado em sindicatos, federações e confederações, e impõe a todas essas entidades a unicidade sindical". Refere-se o excerto à norma constitucional segundo a qual
- (A) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
 - (B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
 - (C) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - (D) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - (E) é livre a associação profissional ou sindical, observado que ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
-
13. Pessoa jurídica, referida em depoimento prestado no âmbito de processo administrativo que tramita em determinado Ministério da Administração federal, que tem por objeto a apuração de irregularidades em execução contratual, pretende obter acesso aos autos, para extração de cópias. Na hipótese de lhe ser negado administrativamente o requerimento, por ato do Ministro de Estado respectivo, poderá a interessada, em tese, valer-se judicialmente de
- (A) *habeas corpus*, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) *habeas data*, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) *habeas data*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) mandado de segurança, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
-
14. Decreto editado pelo Presidente da República promove a reorganização de diferentes Ministérios da Administração federal, sem que haja criação de novos órgãos ou aumento de despesa, bem como extingue centenas de cargos vagos até então existentes nos quadros dos órgãos em questão. Nessa hipótese, o Presidente da República
- (A) extrapolou dos limites do poder regulamentar que lhe é assegurado pela Constituição Federal, competindo ao Congresso Nacional sustar integralmente os efeitos do Decreto.
 - (B) extrapolou dos limites do poder regulamentar que lhe é assegurado pela Constituição Federal, competindo ao Congresso Nacional revogar o Decreto.
 - (C) extrapolou dos limites do poder regulamentar que lhe é assegurado pela Constituição Federal, no que se refere apenas à extinção de cargos, competindo ao Congresso Nacional sustar parcialmente os efeitos do Decreto.
 - (D) extrapolou dos limites do poder regulamentar que lhe é assegurado pela Constituição Federal, no que se refere apenas à reorganização dos Ministérios, competindo ao Congresso Nacional sustar parcialmente os efeitos do Decreto.
 - (E) agiu em conformidade com as competências que lhe são atribuídas pela Constituição Federal.
-
15. Ocupante de cargo público efetivo de médico estadual pretende prestar concurso para o cargo de médico promovido pela Prefeitura do Município em que reside. Na hipótese de ser aprovado no concurso em questão, à luz da Constituição Federal, o médico
- (A) poderá acumular os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.
 - (B) poderá acumular os cargos, desde que renuncie à remuneração de um deles.
 - (C) estará impossibilitado de acumular os cargos, por pertencerem aos quadros de entes diferentes da Federação, de modo que deverá requerer exoneração do cargo atual, caso pretenda tomar posse no municipal.
 - (D) poderá acumular os cargos, apenas enquanto não adquirida a estabilidade no cargo municipal, ocasião em que deverá optar por um deles.
 - (E) estará impossibilitado de acumular os cargos, o que somente seria admitido se um fosse de professor, de modo que deverá requerer exoneração do cargo atual, caso pretenda tomar posse no municipal.



16. À luz da Constituição Federal, processo disciplinar em face de magistrado poderá
- I. ser revisto, de ofício, pelo Conselho Nacional de Justiça, desde que julgado há menos de um ano.
 - II. acarretar a perda do cargo, nos três primeiros anos de exercício, mediante deliberação do Tribunal a que o juiz estiver vinculado.
 - III. acarretar sua aposentadoria, por interesse público, mediante decisão por voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
17. Determinado Estado da federação promulga lei que autoriza o Poder Executivo a conceder prêmio em dinheiro, como forma de estímulo à cultura regional, a artistas nascidos no Estado que preencham determinadas condições, relativamente à produção e participação em eventos culturais no ano imediatamente anterior à concessão do prêmio. Ocorre que, ao se apurarem as circunstâncias fáticas, verifica-se que apenas um artista, em todo o Estado, preenche as condições em questão. Nessa hipótese, considerados os destinatários da norma, há ofensa aos princípios constitucionais da
- (A) legalidade e publicidade.
 - (B) igualdade e impessoalidade.
 - (C) moralidade administrativa e eficiência.
 - (D) impessoalidade e separação de poderes.
 - (E) moralidade administrativa e publicidade.
-
18. Proposta de emenda à Constituição subscrita por 27 Senadores, visando acabar com a obrigatoriedade do voto para os cidadãos de 18 a 70 anos de idade, obtém a aprovação, em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, de dois terços de seus membros. À luz das regras constitucionais do processo legislativo, referida proposta
- (A) é incompatível com a Constituição Federal, por não ter sido observado o número mínimo de assinaturas necessárias para a propositura de emenda à Constituição por parlamentares.
 - (B) é incompatível com a Constituição Federal, por não ter sido observado o quórum mínimo para aprovação de emendas à Constituição.
 - (C) é incompatível com a Constituição Federal, que estabelece que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto.
 - (D) será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
 - (E) deverá ser submetida ao Presidente da República, que poderá sancioná-la ou vetá-la por motivo de contrariedade ao interesse público ou por inconstitucionalidade.
-
19. Nos termos da Constituição Federal, a aplicação de recursos da União por entidades de direito privado
- (A) é situação ofensiva aos princípios da legalidade e moralidade administrativa e, por isso, vedada.
 - (B) submete-se ao sistema de controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União e exercido com o auxílio do Congresso Nacional, sob os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.
 - (C) submete-se ao sistema de controle interno da Administração, sob os aspectos da legalidade e da avaliação de resultados, quanto à eficácia e eficiência.
 - (D) sujeita os responsáveis, em caso de ilegalidade ou irregularidade, à responsabilização administrativa, civil ou penal, vedada a cumulação de penalidades em diferentes esferas.
 - (E) submete-se ao controle externo exercido pelo Ministério Público, ao qual compete promover, privativamente, a ação civil pública para defesa do patrimônio público, na hipótese de ilegalidade ou irregularidade.
-
20. À Defensoria Pública da União
- (A) compete, diretamente ou através de órgão a ela vinculado, representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
 - (B) compete, ao lado das Defensorias Públicas estaduais e do Distrito Federal, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
 - (C) são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, diferentemente das Defensorias Públicas estaduais e do Distrito Federal.
 - (D) cabe exercer o controle externo da atividade policial, na forma estabelecida em lei complementar.
 - (E) são asseguradas, como princípios institucionais, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, dando-se o ingresso na carreira, que tem como chefe o Advogado-Geral da União, mediante concurso público de provas e títulos.

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

21. Determinado Município pretende ingressar com medida judicial destinada à proteção de interesses coletivos de pessoas com deficiência. Para instruir a inicial, o Município requereu às autoridades competentes as certidões e informações que julgou necessárias. Nos termos da Lei nº 7.853/1989, as certidões e informações mencionadas deverão ser fornecidas dentro de
- (A) 30 dias contados das datas dos respectivos requerimentos e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.
 - (B) 15 dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.
 - (C) 45 dias contados das datas dos respectivos requerimentos podendo ser utilizadas não apenas para a instrução da ação civil, como também para outras finalidades em que se discuta o mesmo tema.
 - (D) 30 dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos podendo ser utilizadas não apenas para a instrução da ação civil, como também para outras finalidades em que se discuta o mesmo tema.
 - (E) 20 dias contados das datas dos respectivos requerimentos e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.
-
22. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, especificamente no que concerne às competências do Sistema Único de Saúde – SUS destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, considere:
- I. Acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com exceção do parto humanizado, considerado eletivo, e que deve ser acompanhado por meio de recursos próprios.
 - II. Promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança.
 - III. Aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal.
 - IV. Identificação e controle da gestante de alto risco.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.
-
23. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a violência contra a pessoa com deficiência
- (A) acarreta sofrimento físico à vítima, não caracterizando-se quando ocasionar sofrimento meramente psicológico.
 - (B) não engloba conduta praticada em locais privados, pois, nesse caso, o ato criminoso sofre outro enquadramento legal.
 - (C) pode ser praticada por omissão.
 - (D) deve ser comunicada, exclusivamente, à autoridade policial ou ao Ministério Público.
 - (E) será objeto de notificação facultativa pelos respectivos serviços de saúde às autoridades competentes.
-
24. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência,
- (A) será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
 - (B) será prestado atendimento fora de domicílio, exclusivamente com a finalidade de tratamento cirúrgico, devendo nessa hipótese, a pessoa com deficiência ou seu acompanhante providenciar o respectivo deslocamento.
 - (C) será prestado atendimento fora de domicílio, exclusivamente com a finalidade de tratamento cirúrgico, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
 - (D) não será prestado qualquer tipo de atendimento fora de domicílio, salvo se se tratar de hipótese que envolva risco de morte.
 - (E) será prestado atendimento fora de domicílio, exclusivamente com a finalidade de tratamento, seja cirúrgico ou não, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
-
25. Sobre a habilitação profissional e a reabilitação profissional da pessoa com deficiência, é INCORRETO afirmar que
- (A) a habilitação profissional e a reabilitação profissional devem ocorrer articuladas com as redes públicas e privadas, especialmente de saúde, de ensino e de assistência social, em todos os níveis e modalidades, em entidades de formação profissional ou diretamente com o empregador.
 - (B) a habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho.
 - (C) os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional devem ser dotados de recursos necessários para atender a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica, a fim de que ela possa ser capacitada para trabalho que lhe seja adequado e ter perspectivas de obtê-lo, de conservá-lo e de nele progredir.
 - (D) os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional deverão ser oferecidos em ambientes acessíveis e inclusivos.
 - (E) a habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo indeterminado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento.



26. A Prefeitura de determinado Município pretende instalar mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre. Esse mobiliário oferecerá risco de acidente à pessoa com deficiência. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, a instalação narrada
- (A) deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta em postes, a fim de que a pessoa com deficiência possa, manualmente, constatar o mobiliário urbano, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
 - (B) é absolutamente vedada.
 - (C) deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
 - (D) deverá ser indicada mediante sinalização sonora, com estridência, a fim de que a pessoa com deficiência tenha condições de constatar o mobiliário urbano, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
 - (E) poderá ser indicada tanto mediante sinalização tátil de alerta em postes, como mediante sinalização sonora, cabendo ao poder público optar pela opção mais apropriada ao local e que melhor atenda às necessidades da pessoa com deficiência.

27. Nos termos da Lei nº 7.853/1989, os órgãos e entidades da Administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, tratamento prioritário e adequado à pessoa com deficiência, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, diversas medidas nas áreas da educação, saúde, formação profissional, trabalho, e recursos humanos. Especificamente quanto às medidas na área de recursos humanos, considere:

- I. A formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional.
- II. A formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, exceto de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências.
- III. O incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e III, apenas.
28. João, pessoa sem deficiência e que não possui mobilidade reduzida, foi ao cinema, no entanto, chegou 20 minutos atrasado à sessão. Os assentos do cinema não eram demarcados, porém estavam todos lotados, apenas disponíveis as vagas reservadas à pessoa com deficiência. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, não havendo comprovada procura pelos assentos reservados, esses
- (A) devem permanecer vagos, exceto se qualquer pessoa interessada, como por exemplo, João, pagar tarifa adicional para assistir à sessão de cinema em tais assentos.
 - (B) devem permanecer vagos, pois somente podem ser ocupados por pessoas com deficiência ou que tenham mobilidade reduzida.
 - (C) podem, em regra, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, desde que efetuado pagamento referente à tarifa adicional para utilização de tal assento.
 - (D) podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.
 - (E) devem permanecer vagos, pois, na hipótese narrada, somente podem ser ocupados se sobrevier acompanhantes de pessoas com deficiência, interessadas em assistir à sessão.

29. O Ministério Público de determinado Estado, por meio do respectivo Promotor de Justiça, ao tomar conhecimento de fatos graves envolvendo interesses de pessoas com deficiência, instaurou, sob sua presidência, inquérito civil para a apuração dos respectivos fatos. Esgotadas as diligências, convenceu-se o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura da ação civil, razão pela qual promoveu fundamentadamente o arquivamento do inquérito civil. Neste caso, conforme preceitua a Lei nº 7.853/1989, deverá remeter a reexame os autos do inquérito ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 3 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 10 dias.

30. Considere:

- I. postes de sinalização e terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações;
- II. edificações destinadas às atividades de natureza hoteleira.

Nos termos do Decreto nº 5.296/2004, os itens I e II tratam, correta e respectivamente, de

- (A) elementos de urbanização e edificações de uso coletivo.
- (B) elementos de urbanização e edificações de uso privado.
- (C) mobiliários urbanos e edificações de uso privado.
- (D) mobiliários urbanos e edificações de uso coletivo.
- (E) elementos de urbanização e edificações de uso público.

**Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho**

31. Compete ao Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, dentre outros atos,
- (A) deliberar sobre prorrogação do prazo para a posse no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e decidir sobre a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, quando aprovada a arguição pelas Seções Especializadas.
 - (B) examinar as matérias encaminhadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e aprovar a proposta orçamentária da Justiça do Trabalho.
 - (C) emendar o Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e decidir sobre a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, quando aprovada a arguição pelas Turmas.
 - (D) determinar a disponibilidade ou a aposentadoria de Ministro do Tribunal e opinar sobre propostas de alterações da legislação trabalhista, inclusive processual, quando entender que deve manifestar-se oficialmente.
 - (E) aprovar em caráter de urgência e com preferência na pauta, Súmula da Jurisprudência predominante em Dissídios Individuais e modificar ou revogar em caráter de urgência os Precedentes Normativos da Seção Especializada em Dissídios Coletivos.
-
32. Com relação às pautas de julgamento do Tribunal Superior do Trabalho, considere:
- I. Nenhum processo poderá ser incluído em pauta sem que dele conste o visto do Relator e do Revisor, se houver.
 - II. Não haverá julgamento de processo sem prévia inclusão em pauta, inclusive os recursos de revista convertidos em razão de provimento de agravo de instrumento.
 - III. Os processos que não tiverem sido julgados até a última sessão de cada semestre serão retirados de pauta.
 - IV. Os processos que não tiverem sido julgados na sessão permanecerão em pauta, devendo ocorrer, necessariamente, nova publicação, não sendo conservada a mesma ordem em razão da nova pauta a ser publicada.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, III e IV.
-
33. Na ordem de julgamento dos processos no Tribunal Superior do Trabalho serão submetidos a julgamento em primeiro lugar
- (A) os mandados de segurança e as medidas cautelares.
 - (B) aqueles em que houver pedido de preferência formulado por advogado até trinta minutos antes da hora prevista para o início da sessão.
 - (C) os *habeas corpus*.
 - (D) os processos remanescentes de sessões anteriores.
 - (E) os processos suspensos em sessão anterior em razão de vista regimental.
-
34. Em uma situação hipotética, Karia é Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e possui sessenta e um anos de idade; Junina é Juíza do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e possui 34 anos de idade; Dori possui 67 anos de idade e é Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e Camila possui trinta e dois anos de idade e é Juíza da 10ª Vara do Trabalho da cidade de Curitiba. Poderá(ão) concorrer à vaga para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, apenas
- (A) Karia e Dori.
 - (B) Karia, Junina e Camila.
 - (C) Karia.
 - (D) Camila e Dori.
 - (E) Junina e Camila.
-
35. Na impossibilidade da posse do Vice-Presidente na data estabelecida, por fato superveniente à eleição, de natureza definitiva, ocorrerá nova eleição
- (A) somente para esse cargo, após noventa dias da vacância.
 - (B) somente para esse cargo, após sessenta dias da vacância.
 - (C) para esse cargo e para o cargo de Presidente.
 - (D) somente para esse cargo, após trinta dias da vacância.
 - (E) para esse cargo e para o cargo de Corregedor-Geral.



36. Submeter ao Tribunal de Contas da União, na forma da lei, a tomada de contas do Tribunal Superior do Trabalho é competência do
- (A) Tribunal Pleno na forma colegiada.
 - (B) Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) Órgão Especial na forma colegiada.
 - (D) Corregedor-Geral de Justiça.
 - (E) Ministério Público do Trabalho.

37. O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho apresentará ao **I**, na **II** sessão do mês **III** ao do término de cada ano de sua gestão, relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria-Geral durante o ano findo.

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas **I**, **II** e **III**:

- (A) Tribunal Pleno – última – anterior
- (B) Tribunal Pleno – última – seguinte
- (C) Órgão Especial – primeira – anterior
- (D) Órgão Especial – última – seguinte
- (E) Tribunal Pleno – primeira – anterior

38. Com relação às Comissões Permanentes, considere:

- I. Integram comissões permanentes os Ministros exercentes dos cargos de direção do Tribunal, o Diretor e o Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT.
- II. A Presidência das comissões permanentes caberá necessariamente ao Ministro que possuir mais idade dos que as compuser.
- III. Em regra, cada Ministro poderá ser eleito membro titular da mesma comissão permanente para um único período, admitida sua reeleição para o mandato imediatamente seguinte.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) III.
- (E) I.

39. No tocante à Presidência das Sessões do Tribunal Superior do Trabalho, o Presidente da Turma será o mais antigo dentre os Ministros que a compõem, por um período de

- (A) três anos, vedada a recondução, até que todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem decrescente de antiguidade.
- (B) dois anos, permitida uma recondução por igual período, sendo que outra recondução poderá ocorrer somente quando todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem decrescente de antiguidade.
- (C) um ano, vedada a recondução, até que todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem crescente de antiguidade.
- (D) um ano, permitida uma recondução por igual período, sendo que outra recondução poderá ocorrer somente quando todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem crescente de antiguidade.
- (E) dois anos, vedada a recondução, até que todos os seus integrantes hajam exercido a Presidência, observada a ordem decrescente de antiguidade.

40. Considere os seguintes processos:

- I. Processos que figuram como parte pessoa jurídica de direito público.
- II. Processos que figuram como parte Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- III. Processo que figuram como parte associações privadas.
- IV. Os recursos ordinários em mandado de segurança.

À Procuradoria-Geral do Trabalho serão encaminhados de imediato, após autuação e distribuição, os que constam APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: As questões de números 41 a 48 referem-se ao trecho que segue.

Há algumas dicotomias que parecem ter a força de atravessar o tempo e se imporem a nós com uma evidência inaudita. Em filosofia, conhecemos várias delas, assim como conhecemos suas maneiras de orientar o pensamento e as ações.

Tais dicotomias podem operar não apenas como um horizonte normativo pressuposto, mas também como base para a consolidação de certas modalidades de pensamento crítico. No entanto, há momentos em que percebemos a necessidade de questionar as próprias estratégias críticas e suas dicotomias. Pois, ao menos para alguns, elas parecem nos paralisar em vez de nos permitir avançar em direção às transformações que desejamos.

Um exemplo de dicotomia que tem força evidente no pensamento crítico atual é aquela, herdada de Spinoza, entre paixões tristes e paixões alegres. Paixões tristes diminuem nossa potência de agir, paixões alegres aumentam nossa potência de agir e nossa força para existir. A liberdade estaria ligada à força afirmativa das paixões alegres, assim como a servidão seria a perpetuação do caráter reativo das paixões tristes. Haveria pois aquilo que nos afeta de forma tal que permitiria a nossos corpos desenvolver ou não uma potência de agir e existir que é o exercício mesmo da vida em sua atividade soberana.

Sem querer aqui fazer o exercício infame e sem sentido de discutir a teoria spinozista dos afetos e sua bela complexidade em uma coluna de jornal, gostaria apenas de sublinhar inicialmente a importância desse entendimento de que a capacidade crítica está ligada diretamente a uma compreensão dos afetos e de seus circuitos. Nada de nossas estratégias contemporâneas de crítica seria possível sem esse passo essencial de Spinoza, recuperado depois por vários outros filósofos que o seguiram.

No entanto, valeria a pena nos perguntarmos o que aconteceria se insistíssemos que talvez não existam paixões tristes e paixões alegres, que talvez essa dicotomia possa e deva ser abandonada (independentemente do que pensemos ou não de Spinoza).

É claro que isso inicialmente soa como um exercício ocioso de pensamento. Afinal, a existência da tristeza e da alegria nos parece imediatamente evidente, nós podemos sentir tal diferença e nos esforçamos (ou ao menos deveríamos nos esforçar, se não nos deixássemos vencer pelo ressentimento e pela resignação) para nos afastarmos da primeira e nos aproximarmos da segunda.

Mas o que aconteceria se habitássemos um mundo no qual não faz mais sentido distinguir entre paixões tristes e alegres? Um mundo no qual existem apenas paixões, com a capacidade de às vezes nos fazerem tristes, às vezes alegres. Ou seja, um mundo no qual as paixões têm uma dinâmica que inclui necessariamente o movimento da alegria à tristeza.

Pois, se esse for o caso, então talvez sejamos obrigados a concluir que não é possível para nós nos afastarmos do que tenderíamos a chamar de "paixões tristes", pois não há paixão que, em vários momentos, não nos entristeça. Não há afetos que não nos contraiam, não há vida que não se deixe paralisar, que não precise se paralisar por certo tempo, que não se vista com sua própria impotência a fim de recompor sua velocidade. Mais, ainda. Não há vida que não se sirva da doença para se desconstituir e reconstruir.

(SAFATLE, Wladimir. **Folha de S.Paulo**, 23/06/2017)

41. O tema privilegiado pelo autor em seu texto estaria já anunciado no seguinte título:

- (A) Existem realmente paixões tristes?
- (B) Reflexões de Spinoza.
- (C) Estratégias da crítica contemporânea.
- (D) A influência de Spinoza sobre filósofos posteriores.
- (E) Indagações filosóficas quase impertinentes.

42. O texto legitima a seguinte assertiva:

- (A) Certas ideias que envolvem aceitação harmoniosa de dois termos geralmente incompatíveis tornam-se atemporais e manifestam, de modo evidente, seu caráter contestador de paradigmas instituídos.
- (B) Viver implica agir com coerência aos pressupostos do pensamento crítico e, na contemporaneidade, esse pensamento crítico é o estabelecido por Spinoza em seu estudo sobre a soberania dos afetos, das paixões tristes e das paixões alegres.
- (C) Atividades jornalísticas, como a de colunista, impõem tratamento simplificado de grandes temas, quer devido ao tipo de público a que se destinam, quer ao próprio perfil dos divulgadores desses temas.
- (D) Quando o indivíduo problematiza fatos que lhe chegam por meio de seus próprios sentidos, enreda-se em indagações que nada atenuam suas incertezas, por isso essa é intrinsecamente uma prática estéril.
- (E) Pensar a paixão destituída da caracterização que a teoria de Spinoza legou ao pensamento contemporâneo pode propiciar a percepção de um novo circuito dos afetos, com interação de outra ordem entre eles.



43. Sobre o que vem mencionado na alternativa, considerado em seu contexto, é correto o seguinte comentário:
- (A) (parágrafo 1) A menção a *Em filosofia* representa uma restrição; nesse campo de saber os especialistas aceitam sem reservas as dicotomias, pois o conhecimento profundo do modo como elas foram estruturadas e de sua exata abrangência faz que sejam legitimadas.
 - (B) (parágrafo 2) Em *Tais dicotomias*, o pronome demonstrativo remete às dicotomias que constituem o acervo do campo filosófico, pois esse pertencimento garante que atravessem o tempo.
 - (C) (parágrafo 2) No primeiro período, tem-se uma construção de valor aditivo correlacionando dois termos do enunciado.
 - (D) (parágrafo 2) O emprego concomitante de palavras que remetem à primeira pessoa do plural – *percebemos, nos, desejamos* – e do segmento *ao menos para alguns* denota antagonismo entre ideias do autor e dos *alguns* que ele cita.
 - (E) (parágrafo 2) No último período, a exclusão da vírgula que segue à palavra *Pois* não prejudica a correção da frase, levando em conta a norma-padrão da língua.
44. O parágrafo 3 está estruturado, na sequência dada e em coesão adequada, por meio dos seguintes passos:
- (A) menção a Spinoza e ao pensamento crítico atual; taxonomia das paixões; relações entre tipos de paixão e a dicotomia liberdade/servidão; dedução sob raciocínio hipotético: corpos podem ser afetados em sua força vital.
 - (B) exemplo da herança de Spinoza; a dicotomia paixão triste/paixão alegre; contradição paixão alegre/liberdade; contradição paixão triste/servidão; inferência: a potência vital dos corpos de agir e existir.
 - (C) exemplo de uma dicotomia das paixões; descrição das paixões; outro exemplo de dicotomia: liberdade/escravidão; conclusão sobre a vida em sua atividade soberana.
 - (D) exemplo de um certo tipo de dicotomia, que envolve paixões; caracterização dessa dicotomia; menção a dicotomia associada à dicotomia exemplificada; dedução acerca da dinâmica dos afetos.
 - (E) menção ao filósofo que influenciou a crítica contemporânea e exemplo de dicotomia de Spinoza; confirmações sobre a ação das distintas paixões sobre a potência humana de viver em plenitude; contrastes entre paixões; argumento conclusivo sobre a importância de se viver uma paixão alegre.
45. A tradução de segmento do texto que não prejudica o sentido original é:
- (A) (parágrafo 1) *conhecemos suas maneiras de orientar o pensamento e as ações* / estamos cientes de que usam artifícios para influenciar o modo como avaliamos argumentos e o modo como reagimos a eles.
 - (B) (parágrafo 2) *podem operar não apenas como um horizonte normativo pressuposto* / são capazes não somente de induzir a regulamentações que, no futuro, sejam tomadas como pontos de partida.
 - (C) (parágrafo 2) *mas também como base para a consolidação de certas modalidades de pensamento crítico* / mas também como solo promissor para a instituição de certos modelos de pensamento crítico.
 - (D) (parágrafo 3) *a servidão seria a perpetuação do caráter reativo das paixões tristes* / a servidão teria potencial de se tornar eterno reflexo daquilo que as paixões tristes chegam a provocar.
 - (E) (parágrafo 8) *não há vida [...] que não se vista com sua própria impotência a fim de recompor sua velocidade* / não há vida que não se valha do imobilismo para reconquistar seu ritmo próprio.
46. Há verbos que, na condição de auxiliar, expressam o ponto de vista do falante sobre o que enuncia, explicitam, por exemplo, sua avaliação sobre a ideia ou ideias que está veiculando. O segmento que ilustra de maneira relevante o papel desses verbos é:
- (A) (parágrafo 2) *há momentos em que percebemos a necessidade de questionar as próprias estratégias críticas e suas dicotomias*.
 - (B) (parágrafo 3) *A liberdade estaria ligada à força afirmativa das paixões alegres*.
 - (C) (parágrafo 4) *Nada de nossas estratégias contemporâneas de crítica seria possível sem esse passo essencial de Spinoza*.
 - (D) (parágrafo 5) *talvez essa dicotomia possa e deva ser abandonada*.
 - (E) (parágrafo 8) *Não há vida que não se sirva da doença para se desconstituir e reconstruir*.
47. *É claro que isso inicialmente soa como um exercício ocioso de pensamento. Afinal, a existência da tristeza e da alegria nos parece imediatamente evidente, nós podemos sentir tal diferença e nos esforçamos (ou ao menos deveríamos nos esforçar, se não nos deixássemos vencer pelo ressentimento e pela resignação) para nos afastarmos da primeira e nos aproximarmos da segunda.*
- Sobre o que se tem no acima transcrito:
- (A) Em *É claro*, o adjetivo que poderia exprimir a certeza do colunista sobre o que afirma perde sua força argumentativa pelo fato de o autor ter sentido a necessidade de apresentar, em seguida, considerações que justificariam sua opinião.
 - (B) A substituição de *nos parece* por “parece a nós” não é legitimada pela norma-padrão da língua, pois o verbo não aceita um objeto indireto como complemento.
 - (C) Os parênteses isolam um segmento que merece ter sua intercalação demarcada, visto ser organizado em torno de verbos declarativos.
 - (D) A conjunção *ou* marca a alternância entre uma formulação e outra, esta que matiza a primeira; a gradação se realiza quer por meio de uma restrição, quer pela expressão de uma necessidade.
 - (E) Em *e nos esforçamos [...] para nos afastarmos da primeira e nos aproximarmos da segunda*, os verbos destacados foram flexionados no plural por imposição da norma-padrão da língua, que rejeitaria as formas no singular.



48. Em a existência da tristeza e da alegria nos parece imediatamente evidente (parágrafo 6), o pronome átono destacado está adequadamente empregado, pois está em posição sintática em que não exerce a função de sujeito da oração. Seguem frases com o mesmo pronome, acompanhada cada uma de breve referência a seu emprego. Há avaliação INCORRETA em:
- (A) O desafio se nos apresentou muito maior do que imaginávamos. / Objeto direto, com valor de “diante de nós”.
 - (B) Atribuímo-nos vantagens que não são devidas. / Reflexividade da ação; objeto indireto.
 - (C) Demo-nos uns aos outros calorosos aplausos. / Reciprocidade da ação; objeto indireto.
 - (D) Escolhido entre tantos, nos comportaremos à altura da responsabilidade. / Plural de modéstia.
 - (E) Vocês nos são tão agradecidas, mas somente cumprimos nosso dever. / Complemento nominal.

Atenção: As questões de números 49 a 55 referem-se ao texto que segue.

Hannah Arendt, preocupada com a situação da arte numa sociedade dominada pela cultura de massas, explica que, embora cultura e arte estejam inter-relacionadas, são coisas diversas. A palavra “cultura”, desde sua origem romana, implica criação e preservação da natureza e das obras humanas. As obras de arte são, para ela, a expressão mais alta da cultura, “aqueles objetos que toda a civilização deixa atrás de si como quintessência e o testemunho duradouro do espírito que a animou”. A cultura implica “uma atitude de carinhoso cuidado”, e

uma sociedade de consumo não pode absolutamente saber como cuidar de um mundo e das coisas que pertencem de modo exclusivo ao espaço das aparências mundanas, visto que sua atitude central ante todos os objetos, a atitude de consumo, condena à ruína tudo o que toca.

Diz a pensadora, referindo-se à sociedade de massas do século XX: “A sociedade de massas [...] não precisa de cultura, mas de diversão, e os produtos oferecidos pela indústria de diversões são com efeito consumidos pela sociedade exatamente como quaisquer outros bens de consumo”. Os produtos dessa indústria de diversões são perecíveis, portanto precisam ser renovados.

Nessa situação premente, os que produzem para os meios de comunicação de massa esgaravatam toda a gama da cultura passada e presente na ânsia de encontrar material aproveitável. Esse material, além do mais, não pode ser oferecido tal qual é; [...] deve ser preparado para consumo fácil.

Essas considerações de Arendt têm-se mostrado absolutamente justas, com o passar das décadas e os avanços das tecnologias de comunicação. A literatura, como forma de arte, tem sofrido os efeitos da nova situação. O sonho dos escritores modernistas era que a massa comesse o “biscoito fino” por eles fabricado. Infelizmente, a massa tem preferido os cookies industrializados.

Para que a literatura chegue ao grande público, promovem-se eventos literários (salões do livro, festas de premiação), nos quais autores e obras são apresentados como espetáculo. Os objetos desses eventos são, sem dúvida, legítimos e justificados. Entretanto, o público numeroso que frequenta esses eventos parece incluir menos leitores de livros do que meros espectadores e caçadores de autógrafos.

Os escritores de hoje têm uma visibilidade pessoal maior do que em épocas anteriores porque são incluídos na categoria de “celebridades”, e os mais “midiáticos” têm mais chance de vender livros, independentemente do valor de suas obras. Ao mesmo tempo, nos debates teóricos, assistimos à defesa da “literatura de entretenimento”, contra as exigências daqueles que ainda têm uma concepção mais alta da literatura. Estes são chamados de conservadores e elitistas. Ora, a conservação é uma atitude inerente aos conceitos de cultura, arte e de educação. Conservação não como imobilismo e fechamento ao novo, mas como conhecimento da tradição sem a qual não se pode avançar.

Obs.: Hannah Arendt (1906-1975), filósofa alemã, é uma das raras vozes femininas de destaque na filosofia do século XX.

(Adaptado de: PERRONE-MOISÉS, Leyla. A literatura na cultura contemporânea. **Mutações da literatura no século XXI**, São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 31 a 33)

49. Afirma-se com correção:

- (A) Perrone-Moisés transcreve palavras de Hannah Arendt para dar consistência ao tópico central de seu texto, a demonstração de que a pensadora vem tendo suas ideias comprovadas ao longo das décadas.
- (B) O emprego das aspas em “cultura” sinaliza o mesmo que o fazem as aspas em “aqueles objetos [...] espírito que a animou”: indicam que as palavras são de Arendt, trazidas ao texto por meio do discurso indireto, pois nenhuma das falas é introduzida por verbo *dicendi*.
- (C) Para Arendt, a relação entre “cultura” e “obras de arte” é de vinculação: as segundas, parte constituinte da primeira, ocupam o espaço estreitado da extremidade superior de uma pirâmide em que estão dispostas, em ordem crescente de valor, as obras humanas.
- (D) A expressão *carinhoso cuidado* contém redundância, pois “carinho” é traço de sentido constituinte da palavra “cuidado”; o pleonismo é vicioso.
- (E) Substituindo a formulação destacada em *Hannah Arendt [...] explica que, embora cultura e arte estejam inter-relacionadas, são coisas diversas* por “que cultura e arte estão inter-relacionadas na mesma medida em que são coisas diversas”, não haveria prejuízo da clareza e do sentido originais.



50. Diz a pensadora, referindo-se à sociedade de massas do século XX: “A sociedade de massas [...] não precisa de cultura, mas de diversão, e os produtos oferecidos pela indústria de diversões são com efeito consumidos pela sociedade exatamente como quaisquer outros bens de consumo”. Os produtos dessa indústria de diversões são perecíveis, portanto precisam ser renovados.

Nessa situação premente, os que produzem para os meios de comunicação de massa esgaravavam toda a gama da cultura passada e presente na ânsia de encontrar material aproveitável. Esse material, além do mais, não pode ser oferecido tal qual é; [...] deve ser preparado para consumo fácil.

Sobre o trecho acima, considerado em seu contexto, comenta-se com propriedade:

- (A) No segmento *Diz a pensadora*, a palavra destacada estabelece coesão com o termo a que remete por meio da seguinte estratégia: retoma-o por meio de uma palavra lexical, substituindo-o por um sinônimo.
- (B) Na oração *mas de diversão*, notam-se dois expedientes de coesão com o que vem antes: a) um conector, que liga duas orações estabelecendo entre elas relação de sentido; b) uma elipse.
- (C) Em *Esse material, além do mais, não pode ser oferecido tal qual é; [...] deve ser preparado para consumo fácil*, o segmento destacado introduz argumento adicionando-o aos anteriormente mencionados, referidos todos como pertencentes ao mesmo patamar no processo de convencimento.
- (D) Em *os produtos oferecidos pela indústria de diversões são com efeito consumidos pela sociedade exatamente como quaisquer outros bens de consumo*, a expressão destacada denota que o fato referido foi metodicamente comprovado.
- (E) A retirada da conjunção destacada em *Os produtos dessa indústria de diversões são perecíveis, portanto precisam ser renovados* prejudica o sentido original, pois o contexto não propicia entendimento da relação que poderia ser estabelecida entre as orações.

51. Ao tratar da literatura, Perrone-Moisés

- (A) declara que é inerente a toda forma de arte ter de fazer oposição às mudanças provocadas pelo passar do tempo e pelas tecnologias de comunicação, que, proclamando-se “avançadas”, criam consumidores passivos.
- (B) estabelece paralelo entre a utopia modernista e a realidade contemporânea, manifestando seu juízo de valor acerca de ambos os termos do cotejo.
- (C) vale-se da comparação entre as expressões metafóricas *biscoito fino* e *cookies industrializados* para pôr em destaque, de modo irônico, o tom lamentoso com que os modernistas reagiriam à preferência das massas atuais.
- (D) torna claro seu respeito aos autores e às obras que produzem, sob a condição de eles não se exporem nos espetáculos promovidos pela indústria editorial.
- (E) reconhece que a literatura hoje deve aos grandes eventos o fato de ter atingido grande público de leitores, ideal de todo artista, mas identifica também, nessas festas, a presença de pessoas que buscam ali estar para contracenar com as celebridades.

52. Levando em conta o último parágrafo, respeitado seu contexto, é legítimo afirmar:

- (A) Em *assistimos à defesa da “literatura de entretenimento”, contra as exigências daqueles que ainda têm uma concepção mais alta da literatura*, está subentendida a seguinte ideia: considera-se possível que uma concepção mais alta da literatura chegue a desaparecer.
- (B) Infere-se que “*mediáticos*” são aqueles escritores que, seja qual for o mérito de seus textos, devem sua “celebridade” a sua vocação de comunicadores, que lhes permite atingir as mais diversas esferas que constituem o grande público dos meios de comunicação de massa.
- (C) Em *Ao mesmo tempo, nos debates teóricos, assistimos à defesa da “literatura de entretenimento”*, a expressão destacada, cuja função é dar sequência ao discurso, sinaliza uma simultaneidade, que se dá entre os debates teóricos e a defesa da “literatura de entretenimento”.
- (D) A palavra destacada em *Ora, a conservação é uma atitude inerente aos conceitos de cultura, arte e de educação*, demarcando transição do pensamento, introduz a consequência do que se afirma na frase imediatamente anterior.
- (E) As palavras destacadas em *Ao mesmo tempo, nos debates teóricos, assistimos à defesa da “literatura de entretenimento”, contra as exigências daqueles que ainda têm uma concepção mais alta da literatura. Estes são chamados de conservadores e elitistas* antecipam-se, ambas, aos termos a que se referem.

53. *Conservação não como imobilismo e fechamento ao novo, mas como conhecimento da tradição sem a qual não se pode avançar.*

A redação que, ao substituir o segmento destacado na frase acima, não prejudica o sentido, a clareza e a correção originais é:

- (A) mas como conhecimento da tradição, sem o que não se pode avançar.
- (B) mas como conhecimento da tradição, que não pode haver avanço sem ele.
- (C) mas como conhecimento da tradição, conhecimento dos quais derivam os avanços.
- (D) mas como conhecimento da tradição da qual se depende para ir em frente.
- (E) mas como conhecimento da tradição cuja ausência impede de avançar.



54. A frase que admite transposição para a voz passiva é:

- (A) *As obras de arte são, para ela, a expressão mais alta da cultura.*
- (B) *Essas considerações de Arendt têm-se mostrado absolutamente justas, com o passar das décadas e os avanços das tecnologias de comunicação.*
- (C) *Infelizmente, a massa tem preferido os cookies industrializados.*
- (D) *Os objetos desses eventos são, sem dúvida, legítimos e justificados.*
- (E) *Ao mesmo tempo, nos debates teóricos, assistimos à defesa da "literatura de entretenimento".*

55. Consideradas as ideias desenvolvidas no texto, a frase que, se apresentada como argumento em defesa da *concepção mais alta da literatura*, seria contraditória é:

- (A) Mudanças na cultura podem propiciar que um gênero considerado não literário numa época passe a ser considerado literário em outra.
- (B) A indústria cultural domina, atualmente, meios de difusão muito mais numerosos e poderosos do que no século passado, e é transnacional, tendendo à homogeneização dos produtos e do público.
- (C) O chamado "elitismo" nomeia uma seleção que visa a preservar o melhor do que já foi feito até a contemporaneidade.
- (D) Teóricos recentes defendem a ideia de que as obras literárias são feitas a partir de outras obras, são tornadas possíveis pelas obras anteriores que elas retomam, repetem, contestam, transformam.
- (E) A palavra "elitista" é um bastão com que são golpeados aqueles que não se preocupam em acompanhar os avanços da tecnologia da comunicação.

56. Atenção: As questões de números 56 a 59 referem-se ao texto que segue.

A sala do administrador ficava naquela casa para onde tinha sido levado. Sentiu medo. Ele nunca admitia que empregado tivesse razão... E reagia com porrada. Isso era certo. À porta encheu-se de coragem. Aquela seria a oportunidade de peitar o cão de guarda do usurpador da grana. Malditos, todos eles. Não iria se arrepender. Sua família apoiaria, já tinham dito. Por que não acreditar? Eles, sim, cumpriam o que prometiam.

(SILVIA, Maria, inédito)

São formas verbais que participam da construção do panorama de ações habituais – do qual emergem ações pontuais, realizadas em certo momento do passado – as seguintes:

- (A) *tinha sido levado*; *tivesse*; *era*.
- (B) *encheu(-se)*; *seria*; *tinham dito*.
- (C) *ficava*; *admitia*; *reagia*.
- (D) *Sentiu*; *peitar*; *iria se arrepender*.
- (E) *acreditar*; *cumpriam*; *prometiam*.

57. A avaliação INCORRETA sobre recurso expressivo de que se vale a autora em seu texto é a seguinte:

- (A) *tinha sido levado* / formulação que denota traço de sujeição da personagem.
- (B) *cão de guarda* / expressão metafórica, construída com base em traços de similaridade entre a expressão que substitui e o termo substituído.
- (C) *encheu-se de coragem* / formulação que denota o esforço da personagem para dispor da firmeza de espírito necessária ao enfrentamento.
- (D) *Eles, sim, cumpriam o que prometiam* / o advérbio destacado propicia, por oposição, o subentendido de que *todos eles*, os *Malditos*, nunca cumpriam as promessas que faziam.
- (E) *usurpador da grana* / expressão que, pela redundância da informação, enfatiza o perfil do administrador.

58. É legítimo o seguinte comentário:

- (A) Em *a oportunidade de peitar o cão de guarda do usurpador da grana*, os segmentos destacados têm função sintática distinta.
- (B) Em *sala do administrador*, o adjetivo correspondente à locução destacada poderia apropriadamente substituir a locução adjetiva, sem prejuízo do sentido original.
- (C) Na sequência *Sentiu medo. Ele nunca admitia que empregado tivesse razão... E reagia com porrada*, tem-se, respectivamente, a constatação de um fato e duas consequências diretas desse fato.
- (D) Nada há que justifique o emprego do plural destacado em *Sua família apoiaria, já tinham dito*, por isso, considerada a norma-padrão da língua, essa concordância é equivocada.
- (E) A forma verbal *tinha sido levado* exprime ação que se realizou anteriormente a outra ação, que vem citada no mesmo período.



59. A sala do administrador ficava naquela casa para onde tinha sido levado.

Comenta-se com propriedade sobre o emprego da palavra destacada acima:

- (A) Remete a lugar virtual, emprego que é legítimo.
- (B) Substitui um circunstante locativo, em consequência de seu valor adverbial relativo.
- (C) Antecedido por preposição, não tem antecedente explícito.
- (D) Retoma palavra que designa lugar, genericamente referido.
- (E) Está empregado sem valor locativo, equivalendo a “em que”, uso reprovado pela norma-padrão.

Atenção: As questões de números 60 e 61 referem-se às mensagens que seguem.

Leia com atenção os dois *e-mails* transcritos, enviados em dias consecutivos.

I. Oi, Clara,

O que você acha disso que quero mandar pra Ju? Mando o e-mail anexo.

Beijo.

Maria.

II. Clara,

Gostaria de tua opinião. Mandeí assim mesmo.

Até.

Maria.

60. Considere as afirmações que seguem sobre o que se tem nos *e-mails*.

- I. A frase *Mandeí assim mesmo* expressa a consequência de uma expectativa frustrada, que se infere do contexto.
- II. A palavra *disso*, pelo fato de antecipar-se ao termo a que remete, não pode ser designada como “elemento de coesão”.
- III. Mesmo considerada a natureza informal das mensagens, dois usos devem ser condenados: a concomitância do tratamento em segunda e em terceira pessoa, e a redução de uma preposição.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) III.
- (C) II.
- (D) I.
- (E) II e III.

61. A formulação que reporta uma das falas de Maria, considerada em seu contexto, de modo fiel, claro e condizente com a norma-padrão é:

- (A) Maria, dialogando com Clara acerca da Ju, pergunta-lhe o que acha disso que queria mandar, e mandou por *e-mail* anexo.
- (B) Maria cumprimentando Clara, diz que manda anexo *e-mail* para a Ju, porque quer saber o que ela acharia de encaminhar a mensagem.
- (C) Se dirigindo a Clara, Maria comenta o que ela acha do que quer mandar para Ju, que vai em *e-mail* anexo.
- (D) Maria, mandando mensagem a Clara, conta que escreveu *e-mail* para a Ju, pedindo sua opinião e lhe enviando por anexo.
- (E) Maria pede a opinião de Clara sobre um *e-mail* que manda anexado, mensagem que tem vontade de enviar para a Ju.



Atenção: As questões de números 62 e 63 referem-se ao texto que segue.

Saudável exercício para um leitor de jornal iniciante é ler um artigo de jornal e relacionar esse artigo a outros artigos de jornal sobre o mesmo tema. O leitor iniciante de jornal contrasta a maneira como o artigo lido produz os sentidos com a maneira como cada um dos outros artigos produz os seus próprios sentidos. A esse leitor iniciante que confronta o texto de jornal primeiramente lido com outros sobre o mesmo tema é proporcionada a chance de construir sua própria opinião sobre esse tema.

62. Cada alternativa que segue constitui uma reescrita do trecho acima, em período único. A que apresenta redação clara e correta, sem repetição viciosa e sem prejuízo do sentido original é: Saudável exercício para um leitor de jornal iniciante
- (A) é ler um artigo e relacioná-lo com outros da mesma natureza e sobre o mesmo tema, contrastando a maneira como cada um deles produz seus específicos sentidos, o que lhe possibilita construir opinião própria sobre o assunto.
 - (B) é ler um artigo relacionando-o com outros jornais sobre o mesmo tema; por contrastá-los sobre a maneira como cada um deles produz os sentidos diferentes dos outros, essa prática propicia sua opinião própria sobre o assunto de todos os jornais.
 - (C) é ler um artigo que, o relacionando com outros, também de jornais e mesmo tema, contrasta a maneira como cada um produz sentidos e proporciona construir opinião só dele sobre o assunto.
 - (D) é, ao ler um artigo, relacionar-lhe as ideias com outros jornais que abordam o tema, contrastando a maneira deles produzir sentidos, o que propicia ao novato nessa leitura construir uma dada opinião sobre o assunto.
 - (E) é, lendo um artigo e relacionando este com outros, respeitando sua natureza e tema idênticos, contrastá-lo na maneira como os demais produzem seus particulares sentidos, exercício o qual propicia construção de opinião própria.

63. *Saudável exercício para um leitor de jornal iniciante é ler um artigo de jornal e relacionar esse artigo a outros artigos de jornal sobre o mesmo tema.*

Sobre o período acima, afirma-se com propriedade:

- (A) O emprego do adjetivo *Saudável* mostra-se inadequado, pois a acepção “o que é bom para a saúde” não é aplicável à caracterização de um exercício de leitura de texto.
- (B) O emprego do adjetivo *Saudável* implica um legítimo deslizamento semântico: o exercício é saudável pelos benefícios que propicia.
- (C) O adjetivo *Saudável*, se usado na frase “As refeições que nutrem satisfatoriamente o corpo são, essas sim, saudáveis”, estaria corretamente empregado.
- (D) Em *um leitor de jornal iniciante*, o segmento destacado, ao delinear o perfil do *leitor*, anula o valor semântico do artigo indefinido, o de apresentar o ser de maneira indeterminada.
- (E) A inserção de ponto e vírgula antes da palavra “e” não enfraquece a adesão entre *ler* e *relacionar*; se, na frase original, a ações fossem consideradas igualmente importantes, tal atenuação, se ocorresse, seria relevante.

64. Considerada a norma-padrão, ambas as palavras destacadas estão corretamente empregadas na seguinte frase:

- (A) Mais chance de evitar reveses ele terá, quanto mais se dispor a detalhar as etapas de construção da obra.
- (B) Lembro bem do dia em que reavemos os valores que os estelionatários repuseram na conta da empresa.
- (C) Acabou freiando o carro de repente porque as moças que exibiam os abaixo-assinados atrapalharam a sua visão.
- (D) Se os indiciados entreverem a menor possibilidade de saírem ilesos, interporão os mais imaginativos recursos.
- (E) É justo que ele medeie a negociação, mas é bom que você o previna dos desafios que enfrentará.

65. A frase que, do ponto de vista da regência, está em concordância com a norma-padrão é:

- (A) A seriedade em que proferia cada sentença evidenciava que era também cioso por sua moral.
- (B) Naquelas transações, ela se locupletou com joias que todos conhecem a origem.
- (C) Eles têm com que se vangloriar, mas sustentam em que a glória não é eterna.
- (D) Esses jovens são ilesos àquele tipo de elogio por que tantos se debatem.
- (E) O pressentimento que ganharia a prova enfraqueceu seu ímpeto de rivalizar contra os demais.



66. A frase que, na totalidade, atende à norma-padrão no que se refere à concordância é:
- (A) Em que pese, na projeção que estamos analisando, os dados dos institutos de pesquisa, deve haver outras variantes a serem consideradas.
 - (B) Embora leis possam, ao homem comum, parecer implacável, não o são, visto que admitem interpretações capazes de produzir a flexibilidade que a justiça impõe.
 - (C) A presença dos bolsistas em trabalhos voluntários vem superando as expectativas; parece que os méritos devem ser atribuídos aos calouros.
 - (D) Consta do processo versões do fato publicadas na imprensa e tudo indica que deverão ser incluídos nele vários depoimentos de testemunhas.
 - (E) O que todos desejam é que não se mantenha as regalias que já se sabem ser nocivas ao desenvolvimento do país.
-
67. As formas verbais exprimem de modo claro e correto a relação lógica entre as ideias enunciadas na frase em:
- (A) Caso ele pretende nos defender no processo, informá-riamos que o advogado que deixa o caso está pronto a substa-belecer-lhe o encargo que tinha assumido.
 - (B) Segundo informações do departamento pessoal, a entrevista não se realizou porque a conversa confidencial somente se efetuará se o candidato marcou hora.
 - (C) É determinação do diretor que se cumprem rigorosamente as normas criadas para que se evitasse o *bullying* entre os estudantes.
 - (D) Pretendendo-se maior eficiência, todos os procedimentos, sem exceção, deveriam ter sido reconsiderados, sob pena de essa importante avaliação ter sido inócua.
 - (E) Dada a circunstância de o quadro mudar abruptamente, médico de outra especialidade era acionado para prestar cuidados emergenciais.
-
68. O comentário associado apropriadamente à frase indicada é o que se encontra em:
- (A) Depois da interferência de alguém da plateia, retomou a palavra e voltou a falar. / Presença de repetição como recurso estilístico, de valorização da ideia.
 - (B) A cuidadosa descriminação dos itens que compõem o acervo garantirá que nenhuma tela será extraviada. / Há incoerência no enunciado.
 - (C) Às pessoas invejosas falta-lhes amor próprio. / O pronome oblíquo está empregado com valor de possessivo.
 - (D) Vossa Excelência deve estar orgulhoso da homenagem recebida. / O adjetivo destacado concorda não com a forma gramatical da expressão, mas com o ser a que remete; no caso, esse fenômeno incide sobre concordância de número.
 - (E) Sendo sempre o último a se pronunciar, o presidente da mesa elogiou a iniciativa do jovem ao assumir de imediato a tribuna. / Frase cuja ambiguidade é facilmente superada pelo contexto.
-
69. A frase que, clara e corretamente redigida, equivale semanticamente ao período a ela associado é:
- (A) À intenção de colaborar com a associação beneficente sobrepõem-se seus interesses particulares. / Os interesses particulares dele crescem ao desejo de colaborar com a associação beneficente.
 - (B) Na tentativa de abordar com sutileza caso tão delicado, recorreu à memória da sua infância. / Inspirou-se na memória da própria infância em busca da sutileza com que pretendia abordar caso tão delicado.
 - (C) Desse tipo de atitude, como alterar a voz desnecessariamente, podem surgir sérios conflitos. / Alterando a voz sem necessidade é o tipo de atitude que instaura sérios conflitos.
 - (D) A alegria nos desnuda, revelando o que de melhor há em nós. / A alegria revela o melhor de nós, ao desnudar-se.
 - (E) O entusiasmo com que detalhou o amanhecer é o do artista que assimila a paisagem para a retratar. / O artista é entusiasta ao assimilar a paisagem a retratar, o mesmo que acontece com ele quando detalha o amanhecer.
-
70. A frase redigida de maneira clara e correta, tendo como parâmetro a norma-padrão, é:
- (A) Devemos informá-lo que o advogado está pronto a substabelecer-lhe o encargo que tinha assumido, e já confirmou há muitos dias essa sua intenção.
 - (B) Quando o homem se empenhando em tarefas de casa tradicionalmente atribuídas à mulheres, sendo até poucas, isso de certa forma contribui para uma grande mudança social daqui há pouco.
 - (C) Se as pessoas enquanto profissionais de excelência, ao desejar chamarem atenção sobre seu trabalho, tenham muito sucesso, isso nem sempre acontece.
 - (D) A análise da pesquisa sucitou comentários antagônicos os quais, advindo de pessoas cujas opiniões não se discorda, tornaram frágeis todos os dados pesquisados.
 - (E) Parcela da população jovem, ao investir na continuidade de sua formação, atesta seu entendimento de que o saber, entre tantas, é a mais vantajosa ferramenta a ser conquistada.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: 12.7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho, na Prova Discursiva-Redação, a que se refere esse Capítulo, os candidatos deverão usar as normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 12.8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 12.9. Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 12.10. Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 12.11. Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 12.12. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Para uns, apropriação cultural ocorre quando o mercado, por exemplo, dissocia elementos de uma cultura minoritária e os comercializa a despeito dessa mesma cultura ou até mesmo promovendo seu apagamento. Já outros a consideram – de modo mais geral, mas também negativo – como o uso de elementos típicos de determinada cultura por pessoas pertencentes a um grupo cultural diferente.

Com base no acima exposto, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre as possíveis relações entre **Cultura e Preconceito**. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	